REQUERIMENTO Nº 337/2021

Excelentíssimo Senhor
Eduardo Alexandre Carvalho
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Os Vereadores que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem de Vossa Excelência, depois de ouvido o Soberano Plenário, que seja instaurada no Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para investigar como fato determinado, os gastos no Hospital Público Regional de Divinópolis "Divino Espírito Santo", especialmente na segurança patrimonial, na qual nos anos de 2017 à 2020 tiveram valores acima do que foi empenhado para 2021 (média acima de R$ 60.237,00), com indício de possível caracterização de ato de improbidade administrativa lesivo ao erário, assim como mediante tal situação relatada na segurança, que seja investigado também a aplicação dos gastos e ações realizadas no Convênio 230/2009 e no Convênio 116/2013, cujo volume total pago se encontra na ordem de R$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais).

Justificativa

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, em anexo segue relatório com gastos realizados com segurança patrimonial no Hospital Regional de Divinópolis "Divino Espírito Santo". Tal documentação foi fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Divinópolis, através do nosso Requerimento de nº 198/2021, encaminhado em maio. Após análise, o fato preliminar, que teve como base tal documento, aponta para uma possível caracterização de gastos injustificados pelo Poder Executivo, como ato de improbidade administrativa lesivo ao erário, pois excederam em média R$ 60.237,00 por ano durantes 2017 a 2020, comparando-o com 2021, na qual o Prefeito Gleidson Azevedo empenhou um valor abaixo do que foi realizado nos últimos anos.

Além disso, o contexto político, administrativo e jurídico de tal ato se torna amplo quando observamos que existem dois convênios, o nº 230/2009 e o nº 116/2013, entre o Município e o Estado de Minas Gerais, na qual contempla um volume total pago na ordem de R$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais) para as obras do Hospital Regional; obra que até a presente data não foi concluída. Assim como na segurança patrimonial, tais documentações e investigações podem revelar muitas outras situações que merecem nossa completa averiguação, envolvendo diversos agentes.

Senhor Presidente, este é o fato que nos cumprem trazer a conhecimento, requerendo, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que sejam investigados os fatos aqui evidenciados, por revelarem potencial ocorrência de atos administrativos e jurídicos lesivos ao erário público e que serão capitulados e tipificados conforme o desenrolar das investigações. Ao final, por entendermos que este requerimento atendeu as exigências definidas nos dispositivos do Regimento Interno, solicitamos a instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Divinópolis, 19 de agostos de 2021

VEREADOR EDSOM SOUSA

VEREADOR ADEMIR SILVA

VEREADORA ANA PAULA DO QUINTINO

VEREADOR DIEGO ESPINO

VEREADOR EDUARDO AZEVEDO

VEREADOR EDUARDO PRINT JÚNIOR

VEREADOR FLÁVIO MARRA

VEREADOR HILTON DE AGUIAR

VEREADOR ISRAEL DA FÁRMACIA

VEREADOR JOSAFÁ

VEREADORA LOHANNA FRANÇA

VEREADOR NEY BURGUER

VEREADOR RODRIGO KABOJA

VEREADOR RODYSON KRISTNAMURTI

VEREADOR ROGER VIEGAS

VEREADOR WESLEY JARBAS

VEREADOR ZÉ BRAZ